

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SÉRGIO GONÇALVES LARA

**PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL: ELABORAÇÃO, FUNÇÃO E
IMPORTÂNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL NOS
ESCRITÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DA
CIDADE DE ESPIGÃO DO OESTE.**

ARTIGO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CACOAL, RO

2007

SÉRGIO GONÇALVES LARA

**PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL: ELABORAÇÃO, FUNÇÃO E
IMPORTÂNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL NOS
ESCRITÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DA
CIDADE DE ESPIGÃO DO OESTE.**

**Artigo apresentado à Universidade Federal de
Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial
para obtenção do Título de Bacharel em Ciências
Contábeis.**

Prof. Ms Geraldo da Silva Correia - Orientador.

CACOAL, RO

2007

**PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL: ELABORAÇÃO, FUNÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA
A ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL NOS ESCRITÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS CONTÁBEIS DA CIDADE DE EPIGÔNIO DO OESTE.**

Por

SÉRGIO GONÇALVES LARA

Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formada por:

Presidente: Prof. Ms Geraldo da Silva Correia. – Orientador, UNIR

Membro: Prof. Ms Suzenir Aguiar da Silva, UNIR

Membro: Prof. Ms. Antonio Siviero, UNIR.

Cacoal, 01 de julho de 2007.

PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL: ELABORAÇÃO, FUNÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL NOS ESCRITÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DA CIDADE DE EPIGÂO DO OESTE.

Sérgio Gonçalves Lara¹

RESUMO: Após realização da pesquisa bibliográfica e de campo, sob o método dedutivo, e objetivando demonstrar que o Plano de Contas de uma empresa, quando bem elaborado e utilizado, pode ser uma ferramenta essencial para a qualidade dos serviços contábeis, tornando-os mais simples, eficientes, eficazes, padronizados e, ao mesmo tempo, personalizados, de forma a atender a legislação e, além disso, possibilitar que a contabilidade possa tornar real seu objetivo precípua, o de informar a todos os usuários, especialmente, o dos administradores, sobre as quantificações e qualificações do patrimônio aziendale. A questão relacionada ao Plano de Contas é que este muitas vezes é visto como algo alheio ao bom funcionamento e organização dos trabalhos contábeis. Vários autores destacam a importância do Plano de Contas como base necessária para todo o processo de geração de informação, através da contabilidade.

Palavras-chave: Plano de Contas. Contabilidade. Organização Contábil.

ABSTRACT: After accomplishment of the bibliographical research and field, under the deductive method, and objectifying to demonstrate that the Chart of accounts of a company, when elaborated and used well, can be an essential tool for the quality of the services countable, becoming them simpler, efficient, efficient, standardized and, at the same time, personalized, of form to take care of the legislation and, moreover, to make possible that the accounting can become Real its main objective, to inform to all the users, especially, of the administrators, on the quantifications and qualifications of the aziendal patrimony. The question related to the Chart of accounts is that this many times is seen as something other people's to the good functioning and organization them countable works. Some authors detach the importance of the Chart of accounts as necessary base for all the process of information generation, through the accounting.

Key-word: Chart of accounts. Accounting. Countable organization.

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal, sob a orientação do Professor Geraldo da Silva Correia.

1 INTRODUÇÃO

A valorização da importância dada à informação tem levado ao crescimento da busca à melhor forma de alcance da mesma, demonstrando a realidade para a tomada de decisões em tempo hábil. A contabilidade como principal instrumento de informação para o administrador, utiliza o Plano de Contas como um dicionário, no qual constam todas as contas que o contador utiliza ou potencialmente utilizará.

Este artigo busca a demonstração de que o Plano de Contas, por estar no início dos trabalhos contábeis, é um fator determinante da qualidade de toda informação contábil. Embora, ainda muitas vezes, mal utilizado, não compreendido ou ainda desvalorizado, tem se notado uma tendência da classe do profissional contábil em buscar a aplicação da verdadeira contabilidade, haja vista que o mercado tende a selecionar os profissionais que realmente possam oferecer subsídios para o crescimento econômico-financeiro do patrimônio das entidades.

Com a modernização da contabilidade e evolução também dos sistemas de comunicação, é imprescindível que a contabilidade também evolua, ou mais, seja capaz de prover o seu meio social de necessidades que estimulem esse desenvolvimento que leva à boa informação. De fato têm acontecido evoluções no mundo contábil, de forma que a informação é cada vez mais confiável e oportuna. O que acontece, porém, é que a legislação brasileira não tem acompanhado o desenvolvimento das novas tecnologias e a modernidade contábil, o que propicia uma estagnação dos profissionais que não buscam qualificação nos seus trabalhos.

Na verdade, os contadores que ainda comportam-se como meros “guarda-livros” e que visam unicamente o cumprimento das obrigações legais, mas que pretendem transformar-se para poder satisfazer as necessidades que estão sendo criadas em seus clientes, pela crescente competição na economia globalizada, precisam ater-se na importância do Plano de Contas para a qualidade da informação contábil.

Assim, com este artigo intenciona-se demonstrar teorias e aplicações que acontecem na prática contábil em Espigão do Oeste, sobre a elaboração, função e importância

do Plano de Contas para o contador e seus trabalhos, uma vez que este contribuirá para a organização de informações de forma que levem à tomada de decisões da administração.

1.1 OBJETIVOS:

1.1.1 Objetivo Geral

Demonstrar que o Plano de Contas de uma empresa, quando bem elaborado e utilizado, pode ser uma ferramenta essencial para a qualidade dos serviços contábeis, fazendo uma análise paralela da teoria com a prática, nos escritórios prestadores de serviços contábeis de Espigão do Oeste.

1.1.2 Objetivos Específicos

- I. Discutir a importância do Plano de Contas para a qualidade da informação contábil;
- II. Observar as várias teorias, leis e princípios sobre a elaboração e estrutura do Plano de Contas; e
- III. Avaliar o grau de qualidade dos Planos de Contas utilizados pelos contadores de Espigão do Oeste, de acordo com as teorias, leis e com os Princípios geralmente aceitos.

1.2 METODOLOGIA

Foram realizadas duas pesquisas, uma bibliográfica e outra de campo, utilizando fontes secundárias e aplicação de questionário semi-estruturado, com nove questões com quatro alternativas cada uma, sendo que uma alternativa aberta para introdução de observações em cada questão, aos contadores da cidade de Espigão do Oeste - RO, através do método dedutivo, para comparação dos conceitos dos contadores daquela cidade com as teorias verificadas na pesquisa bibliográfica.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O QUE É PLANO DE CONTAS

Antes de qualquer discussão sobre a elaboração e utilização, é necessário saber o que é um Plano de Contas, pois a interpretação de como fazer depende substancialmente do por que fazer. Para Ribeiro (1993, p 60): “O Plano de Contas é um elenco de todas as Contas previstas pelo setor contábil da empresa como necessárias aos seus registros contábeis” . Enquanto isso, Ferreira afirma que “O plano de contas de uma empresa consiste numa relação padronizada de contas a serem utilizadas no registro das operações pelos profissionais da área da contabilidade” (2007).

Ferreira (2007) acrescenta ainda, que “Diferente do plano de contas, o elenco de contas não indica a função e o funcionamento das contas”. Note-se que há uma divergência entre Ferreira e Ribeiro quanto ao conteúdo do Plano de Contas, dando origem a um questionamento: O Plano de Contas deve ou não indicar a função e o funcionamento das contas?

Para Zanluca a descrição do funcionamento das contas é importante, mas pode ser dispensável:

O Plano de Contas, genericamente tido como um simples elenco de contas, constitui na verdade um conjunto de normas do qual deve fazer parte, ainda, a descrição do funcionamento de cada conta — o chamado Manual de Contas, que contém comentários e indicações gerais sobre a aplicação e o uso de cada uma das contas (para que serve, o que deve conter e outras informações sobre critérios gerais de contabilização).

[...] Embora de fundamental importância, sobretudo para evitar inconsistências na utilização das contas, a descrição pode ser suprida, na prática, pelo conhecimento técnico da equipe envolvida (2007).

Ana Maria e Antonio Lopes de Sá (2004, p 18) definem que a conta deve ser apresentada no Plano de Contas por meio do seu Título, da sua Função e do seu Funcionamento, sendo estes imprescindíveis. Já Gelbcke, Iudícibus e Martins (2000, p 35) vêem o Plano de Contas e o Elenco de Contas como instrumentos distintos, e recomendam que o contador tenha os dois à sua disposição, além de outros, no seu sistema contábil:

- c) elenco de contas que contemple as necessidades de informação mencionadas;
- d) um plano de contas comentado contemplando cada conta, seu funcionamento, documentos de origem, conciliação, registros de operações típicas, além da nomenclatura, codificação e outros. Tal plano também é conhecido como Manual de Contas quando contém critérios de avaliação de cada conta, contrapartidas, explicações gerais de uso etc.;

O CFC (2000 p 7) esclarece essa questão, e afirma que,

O Plano de Contas não deve limitar-se à estruturação deste, mas ser complementado com um detalhamento da função e funcionamento das contas, incluindo esquemas de apuração de resultados, formação dos custos dos produtos vendidos e custo de vendas.

Também são recomendáveis breves orientações, aos usuários do Plano de Contas, sobre os principais critérios adotados para avaliação dos ativos e passivos, observados os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Pode-se destacar no conteúdo do Plano de Contas:

- a) Elenco de Contas – relação com o nome e codificação das contas de acordo com a estrutura estabelecida pela lei 6.404/76 para as Demonstrações Contábeis;
- b) Manual de Contas – esclarecimentos sobre a função e funcionamento das contas, entre outros.

Forma-se, assim, o conceito de que Plano de Contas é o conjunto formado pelo Elenco de Contas e o Manual de Contas.

Begalli e Perez Junior ressaltam sobre os Planos de Contas: “[...] meios de que se utiliza a contabilidade para registrar as transações da empresa”.

É indiscutível que o Plano de Contas deve ser elaborado pelo contador, conhecendo a empresa e a necessidade da informação contábil dos usuários, como menciona a equipe MonografiasBrasil.com (2007) em artigo sobre Plano de Contas:

É chamado Plano de Contas o conjunto de contas criado pelo contador, para atender às necessidades de registro dos fatos administrativos, de forma a possibilitar a construção dos principais relatórios contábeis e atender a todos os usuários da informação contábil.

Esse conjunto de Contas é chamado de Plano de Contas, porque, na realidade, ele é criado antecipadamente ao uso de tais contas.

Desta forma, pode-se afirmar que toda informação contábil gerada tem origem em registros que utilizam o Plano de Contas como auxiliar na sua escrituração para que se possa manter um padrão nas Demonstrações Contábeis e qualidade nas informações.

2.2 OBJETIVOS E BENEFÍCIOS DO PLANO DE CONTAS

Quanto à necessidade da utilização do Plano de Contas, ou o para quê serve, o CFC (2001, p 31) salienta que:

é com sua utilização que se estabelece o banco de dados com informações para geração de todos os relatórios e livros contábeis, tais como: Diário, Razão, Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Análises, além de outros.

Já para Oliveira (2000, p. 56), é importante que se tenha um Plano de Contas bem estruturado, pois, “a correta estruturação do Plano de Contas é fundamental para que os auxiliares da contabilidade possam desenvolver suas funções, porque evita as constantes consultas ao contador, o que termina por prejudicar o bom andamento dos trabalhos”.

E, essa importância é corroborada por Gelbcke, Iudícibus e Martins (2000, p. 33), que fazem uma menção ao valor informativo da contabilidade: “A elaboração de um bom Plano de Contas é fundamental no sentido de utilizar todo o potencial da contabilidade em seu valor informativo para os inúmeros usuários”.

Sendo o Plano de Contas um elemento base para a geração de informação e considerando que a informação sobre o Patrimônio da entidade é indispensável ao controle administrativo, conclui-se que o Plano de Contas é ferramenta que deve ser entendida por contadores, assistentes e administradores, uma vez que a informação deve ser compreendida por todos os envolvidos no processo de geração ou utilização, desde a coleta dos dados até a tomada de decisões com embasamento em tais informações.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE CONTAS

O Plano de Contas tem sua importância relacionada à organização dos trabalhos contábeis, bem como à qualidade da informação que será gerada. Assim, Ferreira (2007) enfoca a necessidade de uniformidade: “Para que as técnicas contábeis sejam aplicadas de maneira uniforme, são necessários princípios e regras a serem observados por todos os profissionais da área contábil”.

Na verdade, o Plano de Contas é indispensável à realização dos trabalhos contábeis. Conforme a Equipe MonografiasBrasil.com (2007) o Plano de Contas é Fundamental, pois:

Nenhuma entidade, pública e privada, poderá gabar-se de possuir um bom serviço de contabilidade se não dispuser de um plano de contas próprio. É a peça de maior importância dentro da organização contábil. Sem ela não se pode nem mesmo dar início aos registros contábeis”.

Através da utilização da Planificação Contábil é que o contador poderá, segundo Zanluca (2007), “estabelecer normas de conduta para o registro das operações da organização”. Essas normas servem para que os trabalhos contábeis não fiquem limitados somente ao conhecimento do contador, e também, para que em caso de trabalhos realizados

por auxiliares ou por substituição de contador, os procedimentos contábeis não sofram alteração na sua estrutura, de forma que as informações contábeis sejam confiáveis independentemente de qualquer outro fator.

2.4 O PLANO DE CONTAS E A PRÁTICA CONTÁBIL

As informações geradas pela contabilidade têm suas bases nos atos e fatos contábeis, e dispostas de forma que se torne possível entender a evolução financeira, patrimonial, econômica ou social da entidade. Para transformar dados em informações através dos lançamentos, é necessário ter-se noção do fato ocorrido, bem como das correspondentes contas que deverão ser utilizadas e, além disso, é preciso saber o porquê de se usar uma e não outra conta.

Para realizar esses lançamentos utilizam-se sistemas como o método das partidas dobradas, que é mundialmente aceito e o mais utilizado. Nele estabelecem-se duas ou mais contas, de acordo com a natureza do evento, onde pelo menos uma será debitada e pelo menos uma será creditada, sendo que a soma dos débitos deve ser igual à soma dos créditos. Observando-se as características de cada conta, bem como sua aplicação em cada caso e de acordo com a função e funcionamento delas, define-se qual conta deve-se debitar e qual será creditar.

Daí nota-se a importância de as contas exprimirem em síntese, e de forma clara os eventos que devem ser registrados ali. E mesmo em outros métodos, é extremamente necessário o uso do Plano de Contas, mesmo que de forma simplificada, pois não seria possível registrar fatos sem dar nomes a eles. Nesse sentido, Ana Maria e Antonio Lopes de Sá (2004, p 17) explicam que as contas revelam uma relação de causa e efeito contida nos fenômenos patrimoniais e que,

Mesmo em outros regimes a relação prevalece porque a toda causa corresponde um efeito e no patrimônio os fenômenos ou acontecimentos com ele havidos processam-se através desta constante relação e em obediência a este princípio (2004, p 18)

Essa relação de causa e efeito é uma das características das operações que ajudam na determinação das contas a serem utilizadas nos lançamentos contábeis. Pode-se dizer, por exemplo, que essa relação é determinante da igualdade entre as colunas do passivo e ativo.

2.5 ASPECTOS LEGAIS

A legislação brasileira é bastante pobre quanto à definição de parâmetros para os Planos de Contas das empresas brasileiras. Em alguns países existem Comissões, Institutos ou Órgãos que regulam as propriedades e características dos Planos Contábeis, e na maioria deles utiliza-se Planos padrões. Isso não significa que no Brasil a elaboração do Plano seja totalmente desregulada, pois, segundo Zanluca (2007), se deve “observar formato compatível com os princípios de contabilidade e com a norma legal de elaboração do balanço patrimonial e das demais demonstrações contábeis (Lei 6404/76, a chamada Lei das S/A)”. Além disso, é preciso atender aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, especialmente a NBCT 3, Normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e do CMN (Conselho Monetário Nacional), bem como, adaptar-se à legislação do Imposto de Renda e principalmente às necessidades de informação administrativa empresarial.

Porém, com relação à lei 6404/76 uma questão: se a lei 6404/76 é a lei das Sociedades Anônimas, como fica a situação das Sociedades por quotas de responsabilidade limitada?

A resposta dessa questão é tipicamente brasileira. Na ausência de Leis específicas, adotam-se outras leis, ou seja, a Lei das S.A. preenche essa lacuna até certo ponto, de forma satisfatória, considerando que as contas que devem ser apresentadas nas demonstrações contábeis são as principais necessárias ao serviço contábil.

No artigo 178 da lei 6404/76, observa-se como deve ser apresentado o Balanço Patrimonial, e para tanto a lei dispõe sobre a classificação e agrupamento das contas:

Art. 178. No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) passivo circulante;
- b) passivo exigível a longo prazo;
- c) resultados de exercícios futuros;
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

§ 3º Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.

Já nos artigos 179 a 182 da Lei 6404/76 encontra-se as normas que devem ser seguidas pelo contador para classificação das contas, de acordo com a estrutura apresentada acima. É de grande relevância essa parte da Lei, pois assim ficam estabelecidos parâmetros a serem seguidos por todos os contadores, possibilitando desta forma, uma uniformidade das informações. Essa uniformidade, por sua vez, é importante para que se possa comparar, por exemplo, Balanços Patrimoniais de empresas distintas.

Ativo

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I - no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II - no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia;

III - em investimentos: as participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa;

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Parágrafo único. Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Quando se fala no ciclo operacional, fica clara a necessidade de o contador não só deve ter conhecimento de que o ciclo é o prazo demandado para comprar, transformar, se for

o caso, vender e receber, geralmente equiparado ao ano-calendário como saber também como funciona os negócios da empresa, enfim, a logística de compra e venda, no exemplo de uma empresa comercial.

No inciso I do artigo 179, embora talvez transpareça uma idéia limitante de que se devem alocar os elementos somente ao curso do exercício social subsequente e às despesas do exercício seguinte, a lei se refere na verdade ao exercício que se finda com o fechamento do Balanço Patrimonial. Percebe-se, portanto, que a Lei é principalmente, base reguladora da elaboração do Balanço Patrimonial, e por consequência, do Plano de Contas. Da mesma forma que o Ativo, o Passivo também possui uma descrição dos elementos que ali compreendidos, conforme apresentado nos artigos 180 a 182 da Lei das S.A.,

Passivo Exigível

Art. 180. As obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, serão classificadas no passivo circulante, quando se vencerem no exercício seguinte, e no passivo exigível a longo prazo, se tiverem vencimento em prazo maior, observado o disposto no parágrafo único do artigo 179.

A importância de se estabelecer parâmetros para a classificação dos elementos do passivo circulante e do passivo exigível a longo prazo é explicada pelo fato de que as Demonstrações Contábeis devem manter uma certa uniformidade e padronização, pois uma das principais formas de análise das Demonstrações Financeiras ou Contábeis é a comparação. Já o artigo 181, observa-se a classificação dos elementos descritos como Resultado de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido:

Resultados de Exercícios Futuros

Art. 181. Serão classificadas como resultados de exercício futuro as receitas de exercícios futuros, diminuídas dos custos e despesas a elas correspondentes.

Patrimônio Líquido

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;
- d) as doações e as subvenções para investimento.

§ 2º Será ainda registrado como reserva de capital o resultado da correção monetária do capital realizado, enquanto não-capitalizado.

§ 3º Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do artigo 8º, aprovado pela assembléia-geral.

§ 4º Serão classificados como reservas de lucros as contas constituídas pela apropriação de lucros da companhia.

§ 5º As ações em tesouraria deverão ser destacadas no balanço como dedução da conta do patrimônio líquido que registrar a origem dos recursos aplicados na sua aquisição.

Da mesma forma que as contas do Balanço Patrimonial (BP), no Plano também constam as contas da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Contudo, o contador e o administrador não podem esquecer que toda Demonstração Contábil deve, primordialmente, servir para a tomada de decisões por parte da administração da empresa.

Outro aspecto importante a ser discutido é a imposição de Planos de Contas Padrão, como os instituídos às entidades do Sistema Financeiro Nacional por exemplo.

2.6 ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTAS

Primeiramente, é importante conhecer a legislação e a necessidade da informação por parte dos usuários internos através de um estudo minucioso da empresa. Segundo Ana Maria e Antônio Lopes de Sá (2004, p 63) também é “necessário o exame de diversos aspectos da azienda, todos importantes” dentre os quais se destacam a natureza, a dimensão, forma jurídica, forma administrativa, o sistema de operações, os recursos financeiros e os recursos de pessoal.

Por se tratar de uma tarefa extremamente importante, a elaboração do Plano de Contas deve ser muito bem preparada, para que não seja necessário fazer muitas alterações. Porém, é importante também que a estrutura do Plano Contábil seja flexível, fazendo-se possível as devidas alterações quando se perceber a necessidade de novas informações ou surgir novos elementos que não poderiam ser previstos quando elaborado o plano. A esse respeito Ana Maria e Antônio Lopes de Sá (2004, p 69) destacam:

A fim de facilitar a tarefa de elaboração dos Planos de Contas o profissional deve partir de padrões que visem a permitir a inserção ou a eliminação de contas que

se façam necessárias para atender plenamente às necessidades de cada caso, ou ainda, para tornar a peça perfeitamente adaptável.

Para a confecção de um Plano de Contas geralmente utiliza-se um modelo, ou seja, o contador pode adaptar um plano que seja parecido com as necessidades da empresa e do seu trabalho para que surta os efeitos desejados. Ana Maria e Antônio Lopes de Sá (2004, p 70) sugerem que se deve utilizar um Plano de Contas de acordo com os aspectos da azienda, porém bastante singelo para utilização como modelo, assim o contador pode acrescentar as contas de acordo com sua necessidade, sem grandes alterações. Muitos autores, mesmo os mais reconhecidos, sugerem modelos de Elenco de Contas, mas nenhum pretende apresentar um modelo padrão para qualquer que seja a empresa, inclusive o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia.

Visto que cada empresa possui uma logística diferente, aspectos gerenciais, mercadológicos e ambientes diferentes, surge a necessidade de que cada empresa adapte um Plano de Contas às suas necessidades. Mesmo em grupos empresariais, entre filiais, empresas do mesmo ramo e porte e que ainda se localizem uma ao lado da outra, há diferenças entre elas que geram a necessidade de uma planificação especial para cada empresa. Muitas vezes o contador inunda-se de trabalho e não percebe que não o faz com qualidade.

Assim como a informática, a codificação das contas é um fator que muito tem contribuído para agilidade do processamento de dados na contabilidade. Com um uso significativo, especialmente na contabilização em meio eletrônico, que hoje se tornou indispensável, a codificação contábil se tornou característica presente nos mais diversos Planos. Para exemplificar uma codificação o CFC (2001, p 32) assim distribui:

1º Nível (x) – Identifica os Grandes Grupos Ativo, Passivo, Receitas, Despesas e Contas de Apuração.

2º Nível (x.x) – Identifica os Grupos específicos em que se dividem os grandes grupos.

3º Nível (x.x.x) – Identifica os subgrupos em que se dividem os grupos.

4º Nível (x.x.x.x) – Identifica as contas sintéticas agregadas das contas analíticas que representam os elementos do patrimônio.

5º Nível (x.x.x.x.x) – Representa as contas ANALÍTICAS que identificam os bens, direitos, obrigações, receitas e despesas e o nível que receberá os lançamentos.

Esse tipo de codificação é comum e muito utilizado, assim fica mais simples o entendimento de que cada número tem um significado, por isso se diz códigos. Desta forma

tem-se, por exemplo, a conta Bancos C/ Movimento com a codificação 1.1.1.2, enquanto uma conta bancária específica teria a codificação 1.1.1.2.1, por exemplo.

2.7 MODELO DE PLANO DE CONTAS

Para utilização como modelo para criação de um Plano de Contas, e não como Plano pronto, Zanluca (2007) sugere:

1 - ATIVO

- 1.1 Circulante
 - 1.1.1 Disponível
 - 1.1.1.1 Caixa
 - 1.1.1.2 Bancos C/Movimento
 - 1.1.1.3 Aplicações Financeiras (de Liquidez Imediata)
 - 1.1.2 Realizável a Curto Prazo
 - 1.1.2.1 Duplicatas a Receber
 - 1.1.2.2 Duplicatas Descontadas - (credora)
 - 1.1.2.3 Títulos a Receber
 - 1.1.2.4 Contas a Receber
 - 1.1.2.5 Alugueis a Receber
 - 1.1.2.6 Adiantamento a Fornecedores
 - 1.1.2.7 Dividendos a Receber
 - 1.1.2.8 ICMS a Recuperar
 - 1.1.2.9 IR Retido na Fonte a Compensar
 - 1.1.3 Estoques
 - 1.1.3.1 Estoque de Mercadorias
 - 1.1.3.2 Estoque de Materiais de Limpeza
 - 1.1.3.3 Estoque de Material de Escritório
 - 1.1.4 Despesas Antecipadas
 - 1.1.4.1 Comissões a Apropriar
 - 1.1.4.2 Propaganda e Publicidade a Apropriar
 - 1.1.4.3 Seguros a Apropriar
 - 1.1.4.4 Alugueis a Apropriar
 - 1.1.4.5 Assinaturas Revistas a Apropriar
- 1.2 Ativo Realizável a Longo Prazo
 - 1.2.1 Duplicatas a Receber
 - 1.2.2 Duplicatas Descontadas (credora)
 - 1.2.3 Créditos Controladas-Coligadas
 - 1.2.4 Créditos Diretores
- 1.3 Ativo Permanente
 - 1.3.1 Investimentos
 - 1.3.1.1 Participações Controladas-Coligadas
 - 1.3.1.2 Participações – Outras
 - 1.3.1.3 Imóveis Alugados
 - 1.3.1.4 Obras de Arte
 - 1.3.1.5 Ouro
 - 1.3.2 Imobilizado
 - 1.3.2.1 Terrenos
 - 1.3.2.2 Imóveis
 - 1.3.2.4 Maquinários
 - 1.3.2.5 Móveis e Utensílios

- 1.3.2.6 Instalações
- 1.3.2.7 Veículos
- 1.3.2.8 Equipamentos de Informática
- 1.3.2.9 Depreciação Acumulada – (credora)
- 1.3.2.10 Marcas e Patentes
- 1.3.2.11 Amortização Acumulada – (credora)
- 1.3.2.12 Recursos Naturais
- 1.3.2.13 Exaustão Acumulada – (credor)

1.3.3 Diferido

- 1.3.3.1 Projetos em Andamento
- 1.3.3.2 Gastos Diferidos
- 1.3.3.3 Amortização Acumulada - (credora)

2 - PASSIVO

2.1 Passivo Circulante

- 2.1.1 Financiamentos
- 2.1.2 Empréstimos
- 2.1.3 Duplicatas a Pagar
- 2.1.4 Contas a Pagar
- 2.1.5 Seguros a Pagar
- 2.1.6 Títulos a Pagar
- 2.1.7 Salários a Pagar
- 2.1.8 Encargos Sociais a Pagar
- 2.1.9 Imposto de Renda a Pagar
- 2.1.10 Imposto de Renda Adicional a Pagar
- 2.1.11 Contribuição Social a Pagar
- 2.1.12 ICMS a Recolher
- 2.1.13 Impostos e Taxas a Recolher
- 2.1.14 PIS a Recolher
- 2.1.15 COFINS a Recolher
- 2.1.16 Adiantamento de Clientes

2.2 - Passivo Exigível a Longo Prazo

- 2.2.1 Financiamentos
- 2.2.2 Empréstimos

2.3 - Resultado de Exercícios Futuros

- 2.3.1 Receitas de Exercícios Futuros
- 2.3.2 Despesas Correspondentes - (devedora)

2.4 - Patrimônio Líquido

- 2.4.1 Capital Social
- 2.4.2 Capital a Integralizar - (devedora)
- 2.4.3 Reservas de Capital
 - 2.4.3.1 Excedente de Capital
- 2.4.4 Reservas de Reavaliação
 - 2.4.4.1 Reavaliações de Ativos Próprios
 - 2.4.4.2 Reavaliações de Ativos Coligadas-Controladas
- 2.4.5 Reservas de Lucros
 - 2.4.5.1 Reserva Legal
 - 2.4.5.2 Reserva Estatutária
 - 2.4.5.3 Outras Reservas de Lucros
- 2.4.6 Lucros ou Prejuízos Acumulados
 - 2.4.6.1 Lucros Acumulados
 - 2.4.6.2 Prejuízos Acumulados - (devedora)

3 - CONTAS DE RESULTADO

3.1 - Receita Bruta de Vendas

- 3.1.1 Vendas Brutas de Mercadorias
- 3.1.2 Receitas Brutas de Serviços

3.2 Deduções da Receita Bruta

- 3.2.1 Devoluções e Abatimentos
- 3.2.2 ICMS s/ Vendas (Desp.)

- 3.2.3 IPI (Desp.)
- 3.2.4 PIS(Desp.)
- 3.2.5 COFINS(Desp.)
- 3.2.6 ISS(Desp.)
- 3.3 Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos
 - 3.3.1 Custos das Mercadorias Vendidas
 - 3.3.2 Custo c/ Prestação de Serviços
- 3.4 Receitas Operacionais
 - 3.4.1 Juros Ativos
 - 3.4.2 Juros s/ Aplicações Financeiras
 - 3.4.3 Aluguéis Ativos
 - 3.4.4 Comissões Ativas
 - 3.4.5 Descontos Obtidos
 - 3.4.6 Dividendos e Lucros Recebidos
 - 3.4.7 Recuperação de Duplicatas Incobráveis
 - 3.4.8 Receitas c/ Equivalência Patrimonial
- 3.5 Despesas Operacionais
 - 3.5.1 Honorários
 - 3.5.2 Salários
 - 3.5.3 Encargos Sociais
 - 3.5.4 Comissões Passivas
 - 3.5.5 Multas
 - 3.5.6 Lanches e Refeições
 - 3.5.7 Viagens e Estadias - Diretores
 - 3.5.8 Condução
 - 3.5.9 Luz e Força
 - 3.5.10 Telefone/Fax
 - 3.5.11 Telegramas, Correio e Portes
 - 3.5.12 Aluguéis Passivos
 - 3.5.13 Água
 - 3.5.14 Donativos
 - 3.5.15 Seguros
 - 3.5.16 Assinaturas e Mensalidades
 - 3.5.17 Brindes
 - 3.5.18 Conservação e Manutenção
 - 3.5.19 Combustível de Lubrificantes
 - 3.5.20 Materiais de Escritório
 - 3.5.21 Material de Limpeza
 - 3.5.22 Leasing
 - 3.5.23 Propaganda e Publicidade
 - 3.5.24 Depreciação
 - 3.5.25 Amortização
 - 3.5.26 Exaustão
 - 3.5.27 Juros Passivos
 - 3.5.28 Descontos Concedidos
 - 3.5.29 Despesas Bancárias
 - 3.5.30 Despesas c/ Financiamento
 - 3.5.31 Despesas c/ Impostos
- 3.6 Receitas Não Operacionais
 - 3.6.1 Vendas de Sucatas
 - 3.5.2 Ganho na Vendas de Imobilizado
 - 3.5.3 Resultado de Sinistros c/ Imobilizado
 - 3..5.4 Lucros de Controladas-Coligadas
- 3.7 Despesas Não Operacionais
 - 3.7.1 Perda na Venda de Imobilizados
 - 3.7.2 Prejuízos de Controladas-Coligadas

2.8 PLANOS DE CONTAS NA CIDADE DE ESPIGÃO DO OESTE

Partindo do objetivo de conhecer a forma com que os contadores dos escritórios contábeis da cidade de Espigão do Oeste vêm o Plano de Contas, sua importância e algumas características de elaboração e estruturação das contas, bem como de estabelecer um paralelo entre essa visão e a teoria defendida por autores de grande credibilidade e com as Normas e Leis, aplicou-se questionário com perguntas correlatas.

Na cidade há oito escritórios prestadores de serviços contábeis, que trabalham com várias empresas, em geral de pequeno e médio porte. Deste total, três contadores não quiseram ou não puderam responder, restando portanto a amostra utilizada de cinco escritórios/contadores.

Quando questionados sobre a diversidade dos tipos de Planos de Contas utilizados, 40% dos contadores utilizam um Plano de Contas específico para cada empresa, 40% afirmam utilizar um Plano de Contas para cada ramo de atividade (serviços, indústria ou comércio), enquanto 20% utilizam apenas um Plano de Contas padrão para todas as empresas com que trabalha. Mostrando que a importância de personalização do Plano de acordo com as necessidades da empresa não tem sido muito observada entre aqueles contadores.

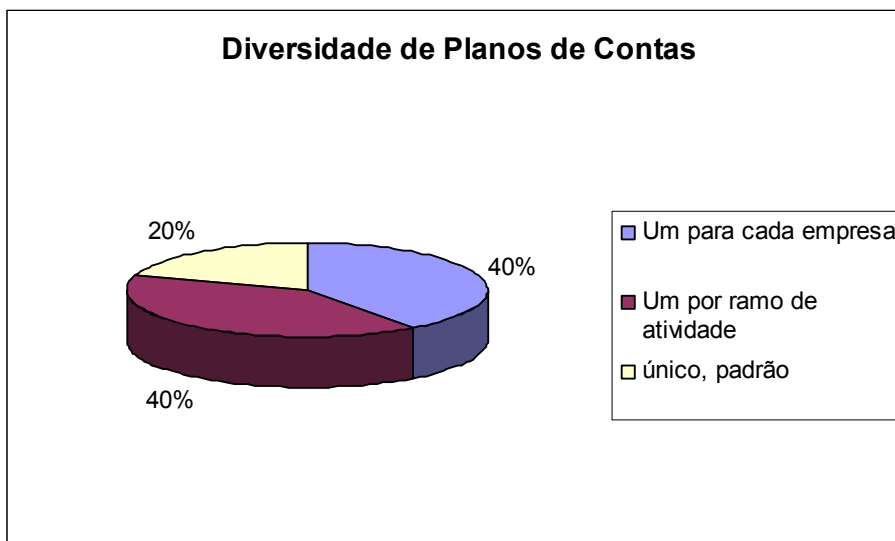


Gráfico 01
Fonte: Autor (2007)

A etapa da escolha de um Plano de Contas que sirva como parâmetro de criação do Plano de Contas da empresa é de suma importância para que não sejam necessárias grandes alterações na sua estrutura. Quanto a essa escolha, em Espigão do Oeste, a maioria dos contadores afirma levar em consideração o objetivo da contabilidade em si.

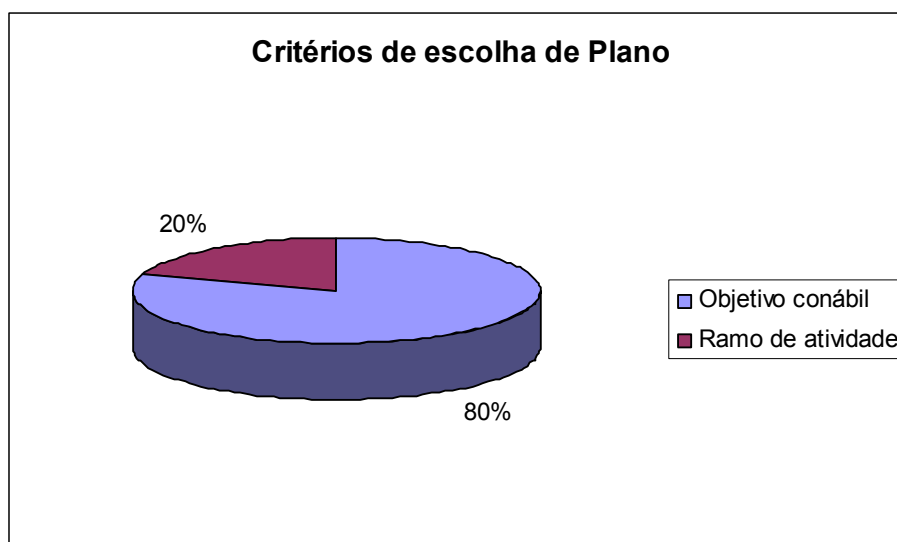


Gráfico 02
Fonte: Autor (2007)

Outro ponto relevante no processo de elaboração do Plano de Contas é o conhecimento técnico por parte do contador que elabora o plano, da empresa na prática. Em Espigão do Oeste, novamente 40% dos contadores afirmam buscar o conhecimento da estrutura organizacional, inclusive os objetivos empresariais, 40% conhecem apenas do ponto de vista externo, ou seja, como um cliente, enquanto 20% não busca conhecer, pois utiliza sempre um plano padrão com pequenas alterações.

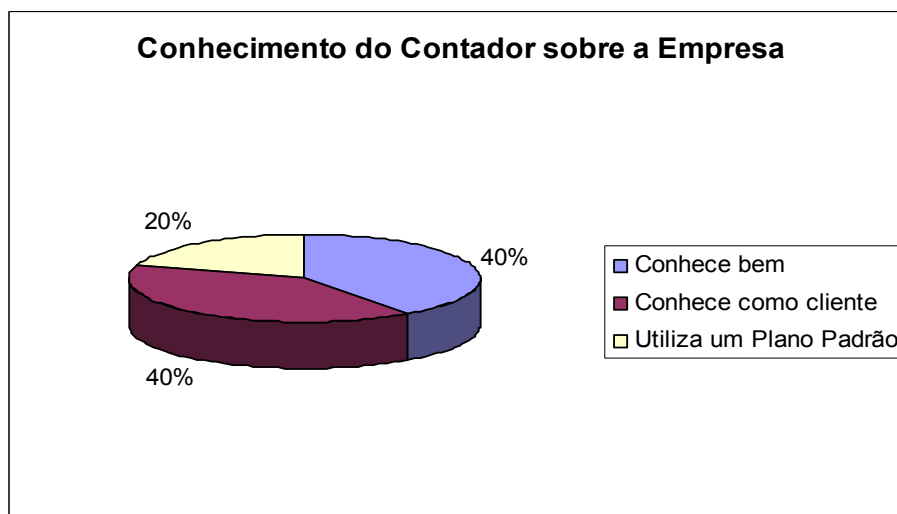


Gráfico 03
Fonte: Autor (2007)

Já com relação à disponibilidade do Plano de Contas no momento da escrituração, ou seja, de efetuar os lançamentos, todos os escritórios possuem softwares de auxílio da escrita contábil nos quais o Plano de Contas é de fácil acesso para eventuais consultas. Demonstrando que a era da informática tem propiciado melhorias significativas ao trabalho do contador.

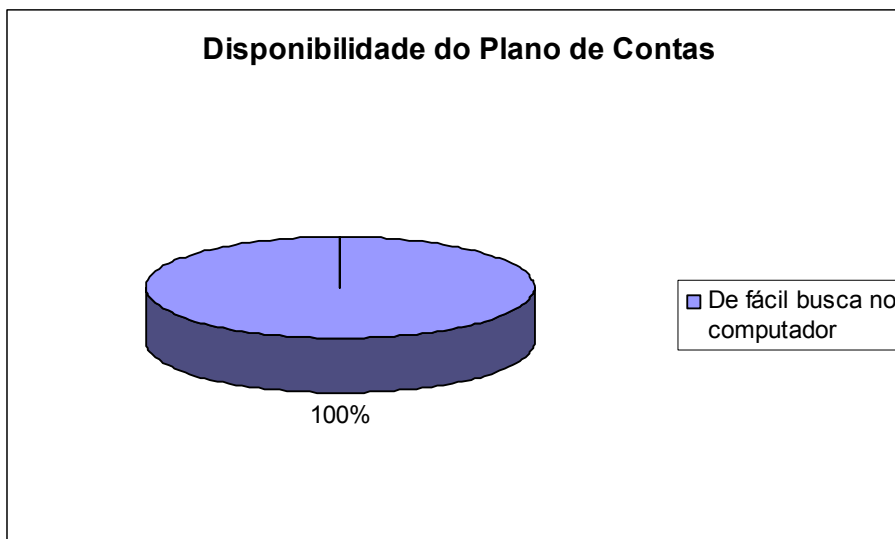


Gráfico 04
Fonte: Autor (2007)

A nomenclatura da conta, ou o título da conta, muitas vezes leva a uma má interpretação da sua função e funcionamento, por parte das pessoas que utilizam ou deveriam utilizar as Demonstrações Contábeis para a gestão empresarial. Esse problema pode ser minimizado quando na elaboração do Plano de Contas, tomando-se cuidado para não dar margens a erro de interpretação ou duplicidade de sentidos, porém para que não haja dúvidas sobre o significado de cada conta é necessário que haja constante integração da área contábil com a área administrativa. Nesse quesito, em Espigão do Oeste, 60% dos contadores afirmam que, quando o gestor empresarial não entende o significado de cada conta, geralmente perguntam ao contador, 20% acreditam que os gestores entendem, de forma geral, o que cada conta significa, enquanto os outros 20% afirmam que os gestores, geralmente não perguntam mesmo quando não sabem o significado de determinada conta.

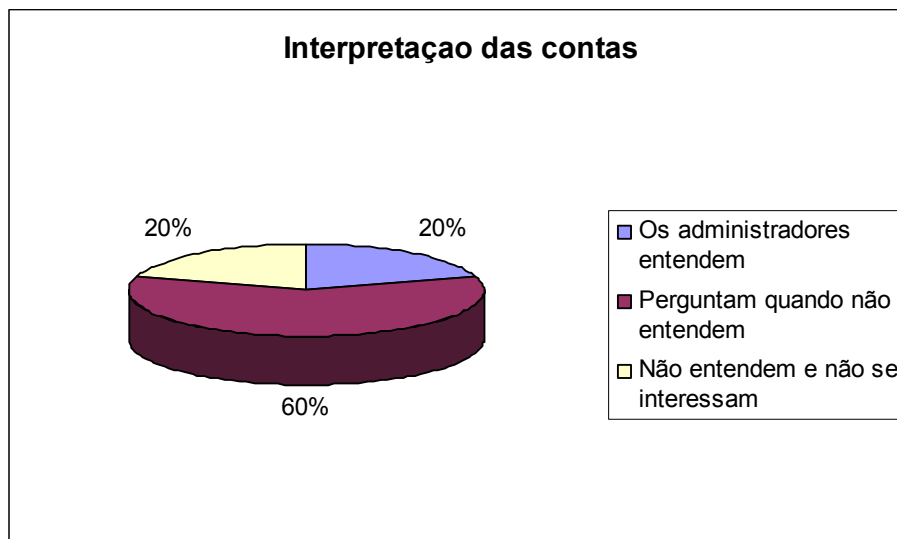


Gráfico 05
Fonte: Autor (2007)

A estrutura básica do Plano de Contas é o esqueleto de sustentação das Demonstrações Contábeis. Essa estruturação é essencial para a padronização das Demonstrações, principalmente para efeito comparativo. Segundo a pesquisa realizada, os contadores da cidade de Espigão do Oeste, na sua maioria, fazem uso de Planos que respeitam os princípios de contabilidade e a norma legal da elaboração do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Contábeis.

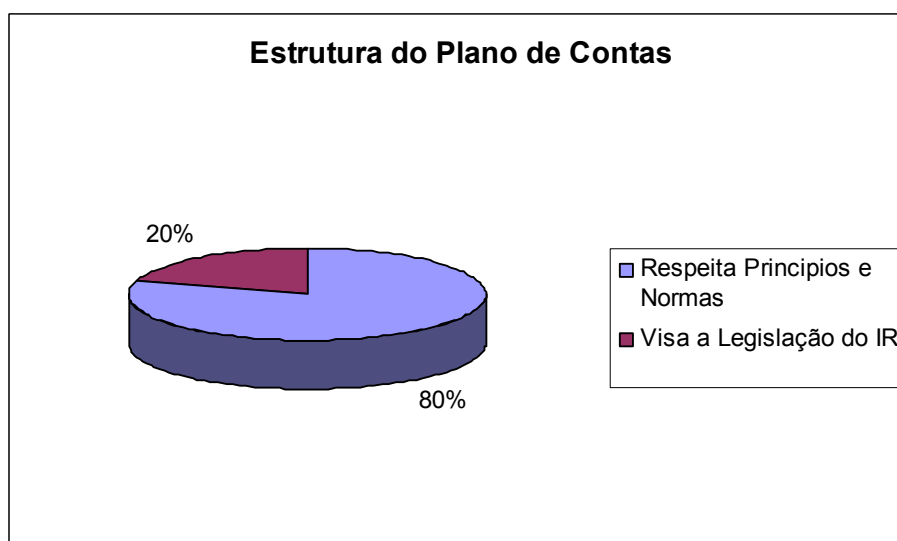


Gráfico 06
Fonte: Autor (2007)

Entre os contadores daquela cidade, 40% acreditam que o Plano de Contas deve conter exemplos dos documentos de origem, conciliação, registros de operações típicas e

codificação de cada uma, enquanto outros 40% defendem que o Plano contenha, além do Elenco de Contas, um Manual com função e funcionamento somente, e outros 20% afirmam que o Plano pode ser composto apenas por um Elenco de Contas.

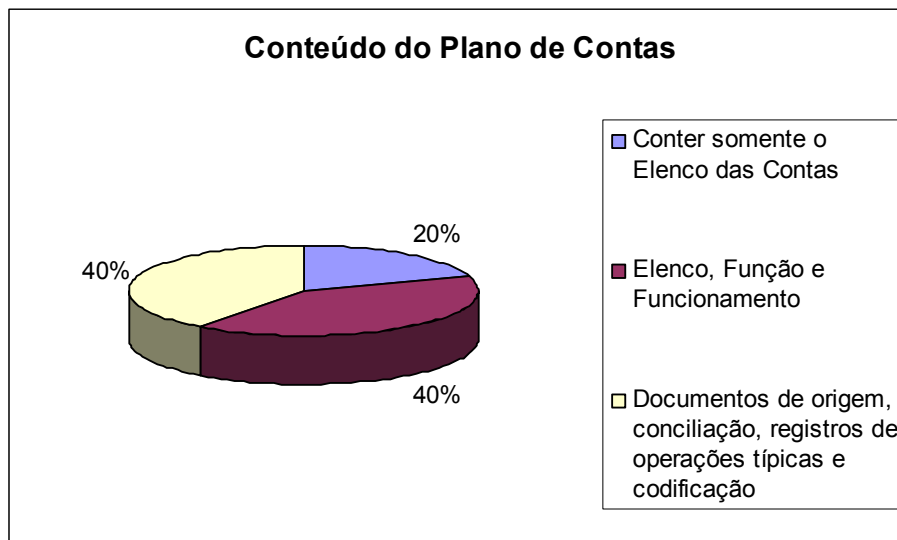


Gráfico 07
Fonte: Autor (2007)

Como disposto, um item do Plano de Contas que se tornou primordial, principalmente com a intensificação da contabilidade informatizada é a codificação das contas. Com relação à codificação, os contadores foram unânimes da sua utilidade, pois a codificação das contas facilita a organização das contas dentro dos grupos e subgrupos.



Gráfico 08
Fonte: Autor (2007)

Com a evolução da informática os programas contábeis têm melhorado significativamente as condições de trabalho do contador, auxiliando e muitas vezes impedindo que erros sejam cometidos. Dentro desses programas é onde se insere o Plano de Contas que o contador utiliza para a realização dos lançamentos, por exemplo. Esse Plano deve ter certa flexibilidade para inserção, alteração ou exclusão de contas, a critério do contador. Nesse sentido, os contadores de Espigão do Oeste, demonstram-se satisfeitos com o sistema de seus Planos de Contas e sua flexibilidade.

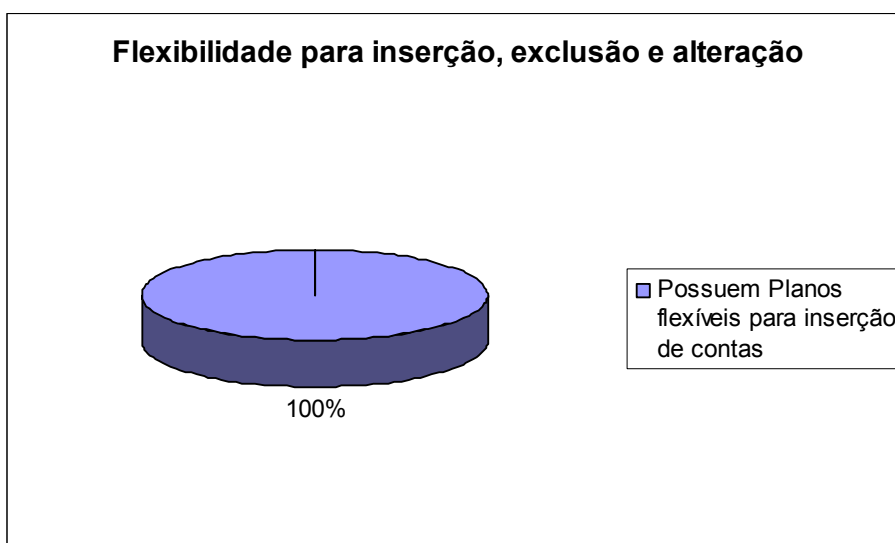


Gráfico 09
Fonte: Autor (2007)

A pesquisa de Campo realizada em Espigão do Oeste demonstrou que de forma geral, os contadores conhecem as normas sobre a estruturação do Plano de Contas, porém de forma específica, em alguns pontos nota-se a desinformação de um contador quanto às características de um bom Plano de Contas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano de Contas é ferramenta básica para elaboração de qualquer Demonstração Contábil, dessa forma é essencial para a qualidade das informações que a Planificação seja elaborada especificamente para a empresa da qual se pretende informar. Essa personalização do Plano de Contas não é exagero, e sim obrigação, pois se a contabilidade visa informar, deve informar com qualidade.

A informação não tem sentido se não houver parâmetros, para apresentação e interpretação dos relatórios. Pois, para que seja possível melhor interpretação das informações, geralmente é necessário fazer comparações. Já para se fazer comparações é indispensável que as informações possuam formato, no mínimo parecido, e que sejam elaboradas com esse intuito. Portanto o estabelecimento de diretrizes para elaboração das Demonstrações Contábeis culmina no fato de que uma informação deve ser interpretável por todos que possuam um nível básico de conhecimento na área contábil.

A capacidade técnica do contador é revelada através de pequenos detalhes que ajudam a compor o seu perfil profissional. Assim, percebem-se a qualidade da área contábil, bem como a validade das informações para tomada de decisões nos mais simples registros da empresa. Dentre os resultados da pesquisa com os contadores da cidade de Espigão do Oeste, revelam-se deteriorantes da informação contábil, o uso de um único Plano de Contas para diversas empresas e o desconhecimento da estrutura organizacional da empresa com que se trabalha.

Os resultados da pesquisa em Espigão do Oeste revelaram dados alarmantes como utilização de um Plano de Contas Padrão para os mais diversos tipos de empresa e elaboração de Plano sem prévio conhecimento da estrutura empresarial. Em contraste, a utilização de softwares tem sido importante na melhor utilização dos Planos de Contas.

Os contadores devem sempre manter seus Planos de Contas de acordo com todas as necessidades da empresa de natureza contábil, assim se torna mais simples a tarefa de contabilização de todo e qualquer evento que necessite registro contábil. Para melhor atualização ou elaboração do Plano de Contas é preciso também que o contador saiba exatamente quais informações ele quer fornecer, principalmente para a administração possuir subsídios para propiciar a evolução financeira e patrimonial da entidade.

REFERÊNCIAS

BEGALLI, Glaucos Antonio; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Altas, 1999.

CFC, conselho Federal de Contabilidade. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. 4. ed. Brasília: Sebrae, 2001.

FERREIRA, Ricardo J. **Plano de Contas**. http://www.vemconcursos.com.br/ricardo_contab_cap5.pdf. Acesso em 21 de abril de 2007.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Atlas, 2000.

MONOGRAFIASBRASIL.COM. **Plano de Contas**. Curso de Contabilidade sobre Plano de Contas disponível no site <http://monografias.brasilecola.com/administracao-financas/contabilidade/plano-contas>. Acesso em 23 de maio de 2007.

OLIVEIRA, Edson. Contabilidade Informatizada: Teoria e Prática. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica Fácil. 16. ed. Atualizada. São Paulo: Saraiva, 1993.

Rondônia, Conselho Regional de Contabilidade de. **Demonstrações Contábeis – Estruturação e Normas**. Porto Velho: CRC-RS, 2000.

SÁ, Antônio Lopes de; SÁ, Ana Maria Lopes de. **Planos de Contas**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ZANLUCA, Júlio César – Curso sobre Plano de Contas disponível no site do Portal de Contabilidade, <http://www.portaldecontabilidade.com.br>. Acesso em 15 de março de 2007.

APÊNDICE – QUESTIONARIO APLICADO EM PESQUISA DE CAMPO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR QUESTIONARIO/PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DE ARTIGO: PLANIFICAÇÃO CONTÁBIL: ELABORAÇÃO, FUNÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL NOS ESCRITÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DA CIDADE DE EPIGÂO DO OESTE.

CONTADOR: _____

ESCRITÓRIO CONTÁBIL: _____

DATA: ____/____/____

- Este questionário será aplicado aos contadores responsáveis pelos escritórios prestadores de serviços contábeis de Espigão do Oeste para elaboração do Artigo de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Contábeis de Sérgio Gonçalves Lara.

1. Quanto à diversidade de planos de contas utilizados por esse escritório, quantos tipos são utilizados?

- a)(☐) Um específico para cada empresa.
- b)(☐) Um para cada ramo de atividade (serviços, indústria ou comércio).
- c)(☐) Um só, padrão, para todas as empresas.
- d)(☐) Outra opção. Explique: _____

2. Quanto à escolha do plano de contas a ser usado pela contabilidade para determinada empresa, quais critérios são utilizados?

- a)(☐) Objetivo da contabilidade em si.
- b)(☐) O porte da empresa.
- c)(☐) O ramo de atividade da empresa.
- d)(☐) Outra opção. Explique: _____

3. Quanto à elaboração do plano de contas, em geral, o contador que o faz conhece a realidade da empresa:

- a)(☐) Conhece toda a estrutura organizacional, inclusive os objetivos de curto, médio e longo prazo.
- b)(☐) Conhece a empresa do ponto de vista do cliente dela.
- c)(☐) Não conhece nada sobre a empresa.
- d)(☐) Outra opção. Explique: _____

4. Quanto à disponibilidade do plano de contas, o acesso é:

- a)(☐) De fácil busca, no computador em que o contador trabalha.
- b)(☐) No computador, porém com acesso não muito prático.
- c)(☐) Em material impresso de fácil alcance.
- d)(☐) Outra opção. Explique: _____

5. Das contas presentes nas Demonstrações e Relatórios Contábeis, em geral, pode-se dizer:

- a)(☐) Os administradores das empresas sabem o significado de cada conta e grupo de contas.
- b)(☐) Quando os administradores não entendem o que cada conta significa, perguntam.
- c)(☐) Os administradores não entendem o que significa cada conta, mas não se interessam por entendê-las.
- d)(☐) Outra opção. Explique: _____

6. Quanto à estrutura básica do(s) plano(s) de contas utilizado(s), pode-se dizer:
- a) ☐ Respeita os princípios de contabilidade e a norma legal de elaboração do balanço patrimonial e das demais demonstrações contábeis.
- b) ☐ Visa atender, preferencialmente, as exigências dos agentes externos, como a legislação do Imposto de Renda.
- c) ☐ É elaborado aleatoriamente, segundo as intenções de trabalho do contador;
- d) ☐ Outra opção. Explique: _____
7. Na tua opinião, o Plano de Contas deve:
- a) ☐ Conter somente um elenco de contas que podem ser utilizadas pela contabilidade;
- b) ☐ Conter, além do elenco de contas, um manual de contas com a função e funcionamento de cada uma;
- c) ☐ Conter exemplos dos documentos de origem, conciliação, registros de operações típicas e codificação, além da nomenclatura.
- d) ☐ Conter somente as contas principais, de uso diário.
8. Com respeito ao sistema de codificação das contas, você considera:
- a) ☐ Útil, porque facilita a organização das contas dentro dos grupos e subgrupos.
- b) ☐ Dispensável, pois você sempre usa o nome completo da conta.
- c) ☐ Não conheço um sistema de codificação de contas.
- d) ☐ Outra opção. Explique: _____
9. Quando surge a necessidade de inserção de uma nova conta no plano de contas:
- a) ☐ Você evita, procurando fazer o lançamento com outra que seja semelhante.
- b) ☐ Cria uma nova conta, pois seu plano de contas é flexível e permite que se efetue esse processo facilmente.
- c) ☐ Pede ao programador que faça a alteração necessária, pois esse processo exige conhecimentos de informática que você não possui.
- d) ☐ Outra opção. Explique: _____

RESULTADOS DA PESQUISA:

ALTERNATIVAS	A	B	C	D
questão 01	2	2	1	
questão 02	4		1	
questão 03	2	2		1
questão 04	5		1	
questão 05	1	3	1	
questão 06	4	1		
questão 07	1	2	2	
questão 08	5			
questão 09		5		
TOTAL	24	15	6	1

Na questão de nº. 03, um entrevistado respondeu que utiliza um plano padrão conforme o ramo de atividade e adapta se houver necessidade.

Na questão de nº. 04, um entrevistado respondeu A e C conjuntamente.